

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2011

Proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear os brinquedos conhecidos como “pipas ou papagaios”.

**Autora:** Deputada NILDA GONDIM

**Relator:** Deputado Danilo Forte

### I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 402, de 2011, de autoria da Deputada NILDA GONDIM, apresentado com o objetivo de proibir a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear os brinquedos conhecidos como “pipas ou papagaios”.

De acordo com o projeto, considera-se cerol para o fim da proibição pretendida, a mistura de pó de vidro ou material análogo (moído ou triturado) com a adição de cola de madeira ou outra substância glutinosa, passada na linha de “pipa ou papagaio” para torná-la agudo cortante, aplicando-se àquele que do cerol (ou produto semelhante) se utilizar, no que couber, o disposto na legislação penal brasileira.

A autora justifica sua iniciativa registrando que o cerol tem trazido uma série de transtornos a muitos, especialmente nos períodos de férias, atingindo principalmente motociclistas e ciclistas, considerando tratar-se de material capaz de provocar lesões, mutilações ou, nos piores casos, a morte.

O tradicional cerol tem sido cada vez mais incrementado. Segundo a autora, agora se tem usado o pó de ferro na mistura, cujo poder de corte da linha é ainda maior, provocando lesões maiores e mais profundas, causando, às vezes, óbito instantâneo, sem chance de socorro para a vítima.

A despeito da mobilização das autoridades estaduais, municipais e o governo do Distrito Federal, na edição e aplicação de leis proibitivas do uso do cerol nestes brinquedos, ainda há pessoas de olhos vendados quanto aos riscos que o cerol pode gerar, em nome da diversão de ver pipas derrubadas com o auxílio desse “recurso”, sendo inaceitável limitarmos-nos a assistir aos noticiários e a ouvir as estatísticas sobre os acidentes e casos envolvendo essas substâncias, razão de sua iniciativa.

A Mesa distribuiu a proposição às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania, sujeita à apreciação conclusiva, com regime de tramitação ordinária.

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o parecer do Relator, Deputado EDIO LOPES, foi no sentido da aprovação do Projeto de Lei n. 402/2011 na forma do Substitutivo por ele apresentado.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania fui designado para manifestação acerca da constitucionalidade e juridicidade da medida proposta. No dia 19.10.2011, contudo, foi deferido o Requerimento nº 3255/11, do Deputado ALESSANDRO MOLON, para que a CCJC, tendo em vista o substitutivo apresentado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, também se pronuncie quanto ao mérito.

Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Do ponto de vista da constitucionalidade, formal ou material, nada a objetar quanto às redações apresentadas, tanto com relação à proposição em sua forma original quanto à redação do substitutivo apresentado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Não se trata de matéria com reserva de iniciativa, bem como compete à União legislar

concorrentemente sobre consumo (inc. V, art. 24, CF) ao mesmo tempo que lhe cabe, privativamente, editar normas sobre direito penal (art. 22, I, CF).

Nada a objetar, de mesmo modo, quanto à juridicidade da proposição.

Não há, tampouco, como negar o mérito da proposta de proibir e criminalizar a conduta em questão que foi, há pouco tempo, abordada por programa da Ana Maria Braga, na Rede Globo de Televisão, no último dia 29 de julho, porque um policial havia morrido após ter pescoço atingido por cerol em São Paulo. “Ele andava de motocicleta por uma rua na Zona Leste”, registrou a reportagem.

A situação é tão grave que suscitou a fabricação de varetas no formato de antenas fixadas em motocicletas para impedir que essas linhas cortantes acabem por degolar motociclistas, afora os prejuízos suportados pelos contribuintes na danificação de cabos elétricos de iluminação pública e distribuição de energia em curto-circuitos com interrupção no fornecimento de energia, como bem registrou o Relator da matéria na comissão de mérito que, visando o aperfeiçoamento da proposição, ofertou substitutivo que aglutina outras iniciativas existentes na Casa.

Na oportunidade o Deputado EDIO LOPES ainda registrou que as chamadas “linhas chilenas” feitas por mistura composta por óxido de alumínio e silício ou quartzo moído (produto “semelhante” para efeito da proibição almejada), já estão proibidas pela Lei n. 2.424, de 4 de junho de 1996, do Município do Rio de Janeiro, dentre outras leis municipais, o que demonstra tratar-se a preocupação da autora do projeto, de uma preocupação geral. Mas que proibições como essas, por leis estaduais ou municipais, não são suficientes, já que só à União cabe legislar sobre Direito Penal.

O substitutivo, assim, mantendo a definição de cerol, inclui a de linha chilena (art. 1º, § 2º); criminaliza a fabricação, ainda que artesanalmente, importação, depósito, comercialização ou intermediação de cerol, linha chilena ou produto similar ou objeto cortante destinado a equipar pipa, papagaio, pandorga ou brinquedo semelhante, cominando pena ao agente que incidir em qualquer destas condutas (art. 2º) e àquele que as executa em relação aos

insumos utilizados na fabricação ou preparação dos produtos mencionados, nas condições que especifica (art. 2º, parágrafo único, incisos I a III).

O Substitutivo também sujeita o fabricante, importador ou comerciante irregular dos produtos e insumos mencionados na lei à apreensão dos produtos ou insumos, sem direito a qualquer indenização; à advertência e à suspensão do alvará de funcionamento, e sua cassação, na hipótese de reincidência sucessiva; e a multa administrativa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), duplicada sucessivamente em cada reincidência (art. 3º), além de estabelecer que os produtos apreendidos serão incinerados, por iniciativa da autoridade policial (parágrafo único do mesmo dispositivo).

Não tenho dúvidas, portanto, sobre o acerto da iniciativa da Deputada NILDA GONDIM, razão pela qual, manifesto-me pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 402, de 2011, e do substitutivo apresentado pelo Relator da matéria na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e, no mérito, pela aprovação do substitutivo (com a complementação de voto por ele feita) da comissão de mérito, em face do inegável aperfeiçoamento que à proposição promove.

Sala da Comissão, em        de        de 2011.

**Deputado Danilo Forte**  
Relator